



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

10.242

Presidente da Mesa Diretora: Cláudio Rodrigues de Jesus

Espécie: Resolução

Categoria: Título de Cidadão Honorário

Autoria: Elair Augusto Pimentel Gomes

Data: 08/12/2022

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 37, de 13/12/2022. Concede o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros a Antônio José Costa Neto.

Controle Interno – Caixa: 70.5 **Posição:** 68 **Número de folhas:** 06

RESOLUÇÃO

Nº 37/2022

Especie: P. R

Categoria: Honraria

Subcategoria: Título de

Cx: 70.5

Ordem: 68

no de fis: 04



13.12.2022

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39/2022

AUTOR:

Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes.

ASSUNTO:

Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Antônio José Costa
Neto.

MOVIMENTO

1 - 08/12/2022

2 - Comissão Especial.

3 - *RENOVADO EM 13.12.2022*

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

Resolução nº 37, de 13 de Dezembro de 2022

**Concede o Título de Cidadão
Honorário de Montes Claros ao
sr. ANTÔNIO JOSÉ COSTA NETO**

A Câmara Municipal de Montes Claros/ MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica outorgado ao **sr. ANTÔNIO JOSÉ COSTA NETO** (Agente de Segurança Penitenciário), o **Título de Cidadão Honorário**, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados a Montes Claros e região, contribuindo sobremaneira para seu progresso e desenvolvimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 13 de Dezembro de 2022.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus
Presidente da Câmara

Vereador Raimundo Pereira da Silva
1º Secretário

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO Certifico, nos termos do Art. 96 da L.O.M., que o(a) <u>Resolução nº 37, de 13/12/2022</u> foi afixado(a) no Quadro de Avisos Localizado no <u>hall</u> do 1º piso do edifício sede da Câmara Munic. de Montes Claros, em <u>14/12/2022</u> , para se tornar público(a). Por ser verdade, firmo a presente. Montes Claros-MG, <u>14</u> de <u>dezembro</u> de 20 <u>22</u>
--

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIALJUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE
CHAMAMENTO PÚBLICO
MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVILEntidade: ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA
DIGNIDADE HUMANA PROVIDÊNCIA DIVINA,
CNPJ sob nº 22.643.399/0015-67

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das suas atribuições legais, torna pública a justificativa de ausência de realização de chamamento público, com fulcro no artigo 32 da Lei 13.019/2014, visando a celebração de parceria entre o Município de Montes Claros, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Associação de Resgate da Dignidade Humana Providência Divina, visando o implemento do Projeto "QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O DESPERTAR PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL" que tem como objetivo geral ofertar qualificação profissional na área de Assistente Financeiro, Assistente de Marketing Digital, Inglês nível básico e Logística para 120 adolescentes no município de Montes Claros, no contra turno escolar, promovendo o desenvolvimento de habilidades, competências, formação moral e ética. Oportunizando assim o conhecimento para atuação no mercado de trabalho, afim de reduzir a vulnerabilidade, aumentar o número de pessoas com a qualificação profissional, formação empreendedora, desenvolvimento da criatividade e da liderança no meio social, sempre buscando acolher e auxiliar no processo de resgate da dignidade humana. Conforme estabelecido no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA-Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual se atribui o valor global de R\$ 139.824,40 (cento e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos);

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA

A Lei nº 13.019/2014 prevê a possibilidade de dispensar a seleção no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, elencando em seu artigo 30 e incisos as possibilidades, senão vejamos:

"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)"

Neste contexto, a dispensa de competição se dá pelo fato da entidade, credenciada pelos órgãos gestores da política, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, e como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social prestar um serviço ligado à política pública de assistência social, neste caso específico, com o projeto "QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: O DESPERTAR PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL." As atividades prestadas pela ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDÊNCIA DIVINA também são consideradas como serviço específico da área de assistência social, no caso específico para ofertar em 10 meses qualificação profissional na área de Assistente Financeiro, Assistente de Marketing Digital, Inglês nível básico e Logística para 120 adolescentes no município de Montes Claros, no contra turno escolar, promovendo o desenvolvimento de habilidades, competências, formação moral e ética. Oportunizando assim o conhecimento para atuação no mercado de trabalho, afim de reduzir a vulnerabilidade, aumentar o número de pessoas com a qualificação profissional, formação empreendedora, desenvolvimento da criatividade e da liderança no meio social, sempre buscando acolher e auxiliar no processo de resgate da dignidade humana.

O recurso é destinado por meio do contribuinte, pessoa física ou jurídica que doa para o Fundo da Infância e Adolescência-FIA uma porcentagem do imposto sobre a renda apurado na Declaração de Ajuste Anual, de forma direcionada para a Entidade, organização da sociedade civil, que é entidade de assistência social, desta forma a parceria só pode ser desenvolvida se houver transferências via Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica para a organização da sociedade civil inscrita no Conselho, transferências essas que são autorizadas por lei, Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei nº 8.069/1990 e suas alterações.

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Quem desejar recorrer contra a justificativa deverá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação da justificativa no diário oficial do município, nos termos do art. 32, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 13.019/2014. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo. Os recursos deverão ser apresentados, por meio de ofício, na Prefeitura Municipal de Montes Claros, sala 222 do Marco Regulatório, no endereço: Av. Cula Mangabeira, número 211 - Centro - CEP: 39.401-002 Montes Claros - MG-Brasil, no horário de 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h.

Maiores informações na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Montes Claros MG, ou pelo telefone (38) 2211-3414.

Montes Claros MG, 13 de dezembro de 2022,
Aurindo José Ribeiro
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIALJUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE
CHAMAMENTO PÚBLICO
MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVILEntidade: ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA
DIGNIDADE HUMANA PROVIDÊNCIA DIVINA,
CNPJ sob nº 22.643.399/0015-67

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das suas atribuições legais, torna pública a justificativa de ausência de realização de chamamento público, com fulcro no artigo 32 da Lei 13.019/2014, visando a celebração de parceria entre o Município de Montes Claros, o Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS e a Associação de Resgate da Dignidade Humana Providência Divina, visando o implemento do Projeto "RESSIGNIFICAR: UMA VIA RECÍPROCA PARA (RE)CONSTRUIR O VIVER A VIDA II" que tem como objetivo geral ofertar ao público alvo, que estejam em vulnerabilidade social, 80 vagas em ações sociais, visando o incentivo à socialização e a convivência comunitária, fortalecimento de relação familiar, bem como o desenvolvimento de habilidade e espaço de convívio, o qual se atribui o valor global de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA

A Lei nº 13.019/2014 também prevê a possibilidade de dispensar a seleção no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, elencando em seu artigo 30 e incisos as possibilidades, senão vejamos:

"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)"

As atividades prestadas pela ASSOCIAÇÃO DE RESGATE DA DIGNIDADE HUMANA PROVIDÊNCIA DIVINA, também são consideradas como serviço específico da área de assistência social, no caso, ofertar aos usuários na faixa etária de 15 a 59 anos, de acordo com o ciclo de vida, 80 vagas, visando incentivo à socialização e a convivência comunitária, fortalecimento de relação familiar, bem como o desenvolvimento de habilidades e espaço de convívio, a fim de contribuir para a prevenção e/ou proteção à situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, em especial as que se encontram em situação prioritária, definidas na Resolução CIT nº 01/2013: em situação de isolamento, fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos, em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas e com medidas de proteção do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Quem desejar recorrer contra a justificativa deverá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação da justificativa no diário oficial do município, nos termos do art. 32, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 13.019/2014. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo. Os recursos deverão ser apresentados, por meio de ofício, na Prefeitura Municipal de Montes Claros, sala 222 do Marco Regulatório, no endereço: Av.

Cula Mangabeira, número 211 - Centro - CEP: 39.401-002 Montes Claros - MG-Brasil, no horário de 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h.

Maiores informações na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Montes Claros MG, ou pelo telefone (38) 2211-3414.

Montes Claros MG, 13 de dezembro de 2022,
Aurindo José Ribeiro
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIALJUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE
CHAMAMENTO PÚBLICO
MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES
DA SOCIEDADE CIVILEntidade: CENTRO FEMININO DE LONGA
PERMANÊNCIA, CNPJ sob nº 22.678.874/0001-35

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das suas atribuições legais, torna pública a justificativa de ausência de realização de chamamento público, com fulcro no artigo 32 da Lei 13.019/2014, visando a celebração de parceria entre o Município de Montes Claros, o Conselho Municipal do Idoso e o CENTRO FEMININO DE LONGA PERMANÊNCIA, visando o implemento do Projeto "PROJETO PROVIDÊNCIA" que tem como objetivo geral utilizar o recurso da arrecadação do FMI como complemento das despesas oriundas da folha de pagamento do Centro Feminino de Longa Permanência, bem como a aquisição de bens de consumo (café). Conforme estabelecido no Plano de Trabalho aprovado pelo CMI-Conselho Municipal do Idoso, o qual se atribui o valor global de R\$ 19.229,65 (dezenove mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DISPENSA

A Lei nº 13.019/2014 prevê a possibilidade de dispensar a seleção no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de assistência social, elencando em seu artigo 30 e incisos as possibilidades, senão vejamos:

"Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

(...)
VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)"

Neste contexto, a dispensa de competição se dá pelo fato da entidade, credenciada pelos órgãos gestores da política, como o Conselho Municipal do Idoso-CMI, e como a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social prestar um serviço ligado à política pública de assistência social, neste caso específico, com o projeto "PROJETO PROVIDÊNCIA" que tem como objetivo geral utilizar o recurso da arrecadação do FMI como complemento das despesas oriundas da folha de pagamento do Centro Feminino de Longa Permanência, bem como a aquisição de bens consumo café.

As atividades prestadas pelo CENTRO FEMININO DE LONGA PERMANÊNCIA - "LAR DAS VELHINHAS", também são consideradas como serviço específico da área de assistência social, no caso, propiciar o atendimento e viabilizar serviços especializados para Pessoas Idosas, conforme as normas constantes da Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

Quem desejar recorrer contra a justificativa deverá apresentar recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação da justificativa no diário oficial do município, nos termos do art. 32, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 13.019/2014. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo. Os recursos deverão ser apresentados, por meio de ofício, na Prefeitura Municipal de Montes Claros, sala 222 do Marco Regulatório, no endereço: Av. Cula Mangabeira, número 211 - Centro - CEP: 39.401-002 Montes Claros - MG-Brasil, no horário de 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h.

Maiores informações na Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Montes Claros MG, ou pelo telefone (38) 2211-3414.

Montes Claros MG, 13 de dezembro de 2022,
Aurindo José Ribeiro
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

CAMARA MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PORTARIA 193/2022

O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros (MG), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Resoluções desta Câmara Municipal nº15/99, nº24/2002, nº125/2006, nas Leis Municipais nº3.002/02, 3.074/02, 3.906/08 e Lei Complementar Municipal nº69/2022 e a Instrução Administrativa nº01/2022 e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar o servidor Caio Filipe Catão dos Santos, lotado no Gabinete da vereadora Maria das Graças Gonçalves Dias, do cargo de assessor parlamentar que exercia, em comissão, neste legislativo.

Parágrafo único: O último dia de efetivo exercício do servidor descrito no caput do artigo 1º, foi 12 (doze) de dezembro de 2022.

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação no lugar de costume. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Montes Claros, 09 de dezembro de 2022.
CLÁUDIO RODRIGUES DE JESUS
Presidente da Câmara

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Resolução nº37, de 13 de Dezembro de 2022
Concede o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros ao sr. ANTONIO JOSE COSTA NETO

A Câmara Municipal de Montes Claros/ MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica outorgado ao sr. ANTONIO JOSE COSTA NETO (Agente de Segurança Penitenciária), o Título de Cidadão Honorário, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados a Montes Claros e região, contribuindo sobremaneira para seu progresso e desenvolvimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 13 de Dezembro de 2022.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus
Presidente da Câmara

Vereador Raimundo Pereira da Silva
1ºSecretário

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

Resolução nº 38, de 13 de Dezembro de 2022
Concede o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros ao sr. Bruno Tasca Cabral

A Câmara Municipal de Montes Claros/ MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art.1º - Fica outorgado ao Delegado-geral Bruno Tasca Cabral, o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados a Montes Claros e região, contribuindo sobremaneira para nosso desenvolvimento.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 13 de Dezembro de 2022.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus
Presidente da Câmara

Vereador Raimundo Pereira da Silva
1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Resolução nº39, de 13 de Dezembro de 2022
Concede o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros ao Dr. Joaquim Francisco Neto e Silva

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte resolução:

Art.1º - Fica outorgado ao Dr. Joaquim Francisco Neto e Silva, chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados ao nosso município.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Montes Claros, 13 de Dezembro de 2022.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus
Presidente da Câmara

Vereador Raimundo Pereira da Silva
1ºSecretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº **39**/2022



Concede Título de Cidadão Honorário ao
ANTÔNIO JOSÉ COSTA NETO
(Agente de Segurança Penitenciário)

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica outorgado ao **ANTÔNIO JOSÉ COSTA NETO** (Agente de Segurança Penitenciário), o Título de Cidadão Honorário, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados a Montes Claros e região, contribuindo sobremaneira para seu progresso e desenvolvimento.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 06 de dezembro de 2022


Elair Augusto Pimentel Gomes
Vereador


Wilton Dias
Vereador





Somos pela aprovação

[Signature]

Edmundo

Edmundo

ANTÔNIO JOSÉ COSTA NETO

Rua [REDACTED] – [REDACTED] – Francisco Sá-MG – CEP [REDACTED]
Telefone: (38) [REDACTED] – E-Mail: [REDACTED]
RG: [REDACTED] – CPF: [REDACTED] MASP: [REDACTED]
Data de Nascimento: 11/03/1978 – Estado Civil: Solteiro.

Formação Acadêmica

Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Graduação Gestão em Segurança Pública e Privada

Experiências Profissionais

Secretaria de Estado de Defesa Social.
Cargo: Agente de Segurança Penitenciário - Masp [REDACTED]
(Servidor Efetivo em Exercício)
Início: 03/04/2009
Lotado: [REDACTED]

Atividades Desempenhadas:

- Diretor Regional de Polícia Penal da 11ª RISP. (desde 16 de agosto 2021)
- Diretor-Geral da Penitenciária de Francisco Sá. (29/01/2019 a 16/08/2021)
- Diretor-Geral do Presídio de Manga. (20/05/2018 a 28/01/2019)
- Diretor Adjunto do Presídio de Bocaiúva. (01/03/2016 a 01/12/2016)
- Diretor de Segurança Penitenciária de Francisco Sá. (26/04/2013 a 15/06/2015)
- Diretor Administrativo Penitenciária de Francisco Sá. (20/03/2012 a 26/04/2013)

Qualificações e Atividades Complementares

- Curso de Formação Técnico Prisional – CFTP (Agente de Segurança Penitenciário Efetivo). Ano 2008
- MEAF: Curso de Manuseio de Arma de Fogo Realizado Pela SUAPI.
- Formação de Diretores do Sistema Penitenciário – ESPEN
- Direitos Humanos – SEDS
- Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral – SEPLAG
- Planejamento Estratégico – SENASP/EAD
- Gerenciamento de Crise – SENASP/EAD
- Informática – VISUAL MÍDIA
- Uso Progressivo da Força – SENASP/EAD

Montes Claros-MG 15 de novembro de 2022.

Antônio J. Costa
Antônio José Costa Neto